

CONVENÇÃO COLETIVA 2006 - 2007

Pelo presente instrumento normativo de um lado o **Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Santa Catarina - SINDFAR** -, com sede à Rua Saldanha Marinho, 116 - Sala 801 - Florianópolis - SC, por sua Presidente a Sra. Vanessa de Bona Sartor, e do outro lado o **Sindicato do Laboratórios de Análises Clínicas, Patologia Clínica e Anátomo-Citopatologia Clínica no Estado de Santa Catarina - SINDLAB-SC**, com sede à Rua Jerônimo Coelho, 389 - sala 31 - Florianópolis - SC, por seu Presidente Sr. Tércio Egon Paulo Kasten, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA 01 - DA ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá todas as Empregadoras e Empregados das categorias econômica e profissional representadas pelos Sindicatos Convenentes.

CLÁUSULA 02 - SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido salário normativo a partir de 01-03-2006, para os integrantes da categoria profissional, de R\$ 1.785,00 (mil setecentos e oitocentos e cinco reais), para os profissionais farmacêuticos vinculados aos laboratórios de análises clínicas, por mês e para uma jornada de 40 horas semanais.

Parágrafo Primeiro - Durante os primeiros 90 (noventa) dias de contrato de trabalho, para os profissionais farmacêuticos que não tenham experiência anterior comprovada, será aplicado um redutor de 5% (cinco por cento) sobre os salários do "caput" desta CLÁUSULA.

Parágrafo Segundo - As partes, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, elaborarão estudos com vistas a estabelecer o piso da categoria, levando em conta a responsabilidade técnica e a jornada de trabalho.

CLÁUSULA 03 - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes de categoria profissional serão reajustados a partir de 01-03-2006, aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento), incidentes sobre os salários vigentes em 28-02-2006, compensadas as antecipações concedidas.

CLÁUSULA 04 - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, desde que prestadas em número superior a 30 (trinta) horas por mês, serão remuneradas com acréscimo de 80% (oitenta por cento), e as prestadas até este limite serão remuneradas na forma da Legislação em vigor.

Parágrafo Único - O disposto nesta CLÁUSULA não se aplica aos empregados que trabalhem em regime de compensação estabelecidos na CLÁUSULA nona da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA 05 - ADICIONAL NOTURNO

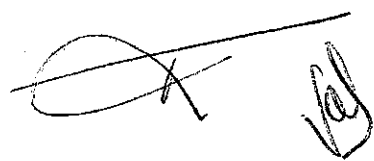
Para o empregado que trabalhar em regime de compensação a jornada compreendida entre as 19 horas e 07:00 horas (do dia seguinte), será considerada como período noturno, para o cálculo adicional de 20% (vinte por cento), sobre seu salário nominal.

CLÁUSULA 06 - SUBSTITUIÇÃO

As substituições de empregados por período igual ou superior a 30 (trinta) dias implicarão pagamento do salário igual ao do substituído, em favor do empregado substituto, enquanto perdurar a substituição.

CLÁUSULA 07 - APOSENTADORIA

É vedada a dispensa sem justa causa de um empregado com 10 (dez) anos ou mais de ser



consecutivo no mesmo estabelecimento, que estiver a menos de 2 (dois) anos de completar o tempo de aposentadoria integral (ou seja, não proporcional) e/ou por idade fixados pela Previdência Social, ficando estabelecido que o disposto nesta CLÁUSULA não se aplica no caso do empregado não exercer o direito à aposentadoria na época respectiva.

CLÁUSULA 08 – PROTEÇÃO À GESTANTE

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez, até o quinto mês após o parto.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto nesta CLÁUSULA nos casos de: Acordo entre as partes, assistido e homologado pelo Sindicato Profissional; Rescisão ou término de contrato de experiência ou com prazo determinado.

CLÁUSULA 09 – JORNADA DE TRABALHO EM REGIME ESPECIAL

Fica estabelecida a jornada especial de prorrogação e compensação de horas de trabalho, nos seguintes regimes:

a – 12 horas de trabalho por 36 de descanso;

b – 04 dias de 6 horas e 02 dias de 10 horas;

c – 05 dias de 6 horas e 01 dia de 12 horas;

d – 05 dias de 7 horas e 01 dia de 9 horas;

e – 04 dias de 9 horas e 01 dia de 8 horas;

f – 05 dias de 08:45 horas de trabalho;

g – Os demais regimes de interesse mútuo entre as empresas e empregados deverão ser homologados pelos respectivos sindicatos.

Parágrafo Único – Será permitida a troca de plantões entre profissionais da mesma função, sendo necessária anuência da respectiva chefia.

CLÁUSULA 10 – FORNECIMENTO DE UNIFORME E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

A vestimenta uniforme e os equipamentos de proteção quando exigidos por lei e/ou pela empregadora, deverão ser por esta última fornecidos gratuitamente e já confeccionados.

Parágrafo Único – O uso, conservação e reposição dos mesmos será regulamentado pela empresa.

CLÁUSULA 11 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E AVISO PRÉVIO

O auxílio doença, e os atestados médicos, comuns ou acidentários, suspendem o contrato de experiência e o aviso prévio, reiniciando a contagem do tempo neles previsto, na data da cessação do benefício previdenciário ou dos respectivos atestados.

CLÁUSULA 12 – DISPENSA POR JUSTA CAUSA

O empregado dispensado por justa causa, deverá ser avisado por escrito e contra recibo no ato, em caso de recusa por parte do empregado, com assinatura de duas testemunhas, constando documento a infringência no dispositivo, no qual incidiu.

CLÁUSULA 13 – ALIMENTAÇÃO PARA PLANTONISTAS

As empregadoras fornecerão alimentação apropriada gratuitamente a seus empregados plantonistas.

CLÁUSULA 14 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

As refeições, quando fornecidas pela empregadora, a seus empregados, serão de boa qualidade e deverão conter as calorias necessárias para apropriada alimentação do trabalhador. Pefeito da Lei 3030/56, serão observados os seguintes critérios.

- | | |
|------------------------------|---------------|
| a) Primeira refeição, café | 3,1% sobre SM |
| b) Segunda refeição, almoço | 9,4% sobre SM |
| c) Terceira refeição, lanche | 3,1% sobre SM |

d) Quarta refeição, janta

9,4% sobre SM

CLÁUSULA 15 – ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE

As empregadoras abonarão as faltas do empregado estudante, nos horários de exames, desde que o estabelecimento de ensino oficializado e reconhecido como tal, devendo o empregado, comunicar o fato à empresa com antecedência de 72 (setenta e duas) horas e mediante comprovação posterior.

CLÁUSULA 16 – ATESTADOS MÉDICOS

As empregadoras que dispõem de serviço médico próprio ou em convênio, tem a seu cargo o abono das faltas por motivo de doença, nos demais casos, isto é, para as empresas que não mantiverem o serviço supra mencionado, prevalecerão os atestados fornecidos por médicos do SUS – Sistema Único de Saúde ou da Entidade Sindical Profissional, desde que mantenham convênio com a Previdência Social.

CLÁUSULA 17 – DESCONTO EM FAVOR DO SINDICATO

As empregadoras descontarão em folha de pagamento de seus empregados sindicalizados, no dia 15 de agosto de 2006, conforme decisão da Assembléia Geral da categoria, a título de Taxa Assistencial, o percentual de 7% do salário normativo da categoria, fazendo o recolhimento em guias próprias fornecidas pela entidade sindical, até o 8º dia do mês de setembro, no banco ou Instituição Financeira que for indicada.

Parágrafo Único – Subordina-se o desconto da taxa assistencial a não-oposição do trabalhador manifestada perante o sindicato em requerimento individual até 15 (quinze) dias antes do primeiro pagamento reajustado.

CLÁUSULA 18 – QUADRO DE AVISOS

Será assegurada a colocação de quadro de avisos sob a responsabilidade da entidade sindical profissional, no âmbito da empregadora, para fixação de editais, avisos e notícias sindicais, vedada a publicação de qualquer matéria ofensiva ao empregador ou prejudicial às boas relações de trabalho, com visto da diretoria da empregadora.

CLÁUSULA 19 – RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

Antes de encaminhar qualquer reclamatória à Justiça do Trabalho, o Sindicato dos Empregados procurará resolver de forma harmoniosa as questões, no intuito de evitar congestionamento do aparelho judiciário.

CLÁUSULA 20 – INÍCIO DAS FÉRIAS

As férias não poderão ter seu início em domingos e/ou dias considerados de repouso semanal remunerado como feriados.

CLÁUSULA 21 – FÉRIAS PROPORCIONAIS

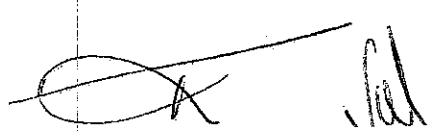
Em caso de pedido de demissão, e após 90 (noventa) dias da sua admissão na empresa, fará o empregado a férias proporcionais, a razão de 1/12 avos por mês, ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA 22 – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado pré-avisado pela empresa será dispensado do cumprimento do restante do prazo respectivo aviso prévio, desde que comprove a obtenção de novo emprego, cessando consequentemente o pagamento dos salários, pelo empregador no último dia de trabalho.

CLÁUSULA 23 – EMPREGADO MAIS NOVO NO EMPREGO

Não poderá o empregado mais novo na empregadora perceber salário inferior ao do mais antigo.



mesma função, não considerando as vantagens pessoais.

CLÁUSULA 24 – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empregadoras fornecerão comprovante de pagamento da remuneração mensal, aos empregados, com a identificação da empregadora, neles discriminando o salário e demais títulos, bem como, descontos efetuados e a que títulos.

CLÁUSULA 25 – PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer das CLÁUSULAS desta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, fica estabelecida uma penalidade, equivalente a 5% (cinco por cento) do salário normativo, por infração em prol da parte prejudicada.

CLÁUSULA 26 – MORA SALARIAL

Em caso de mora salarial atribuível a empregadora, haverá multa de 0,03% (zero vírgula zero por cento), sobre o débito, por dia de atraso, após decorrido o prazo para pagamento dos salários fixados na Legislação vigente, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), em favor do empregado prejudicado.

CLÁUSULA 27 – VIGÊNCIA

O presente termo terá vigência a partir de 01.03.06, com término em 28.02.2007.

E, por estarem justos e acertados, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 5 (cinco) vias de igual teor, a serem submetidas a Registro na Delegacia Regional do Trabalho em Florianópolis.

Florianópolis, 03 de abril de


**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO**

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho e suas Alterações, constante do processo nº. 0042/06, Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 36 do livro nº. 28.

Florianópolis, 07/06/06.


VANESSA DE BONA SARTOR
Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de SC


Edilene Frezza Silvestri
SECRETARIA-SC
Mat. 0256304 SIAPE


TÉRCIO EGON PAULO KASTEN
Presidente do SINDILAB-SC